



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 9/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes.

2 - OBJETO

Aquisição de MATERIAL DE PERMANENTES, TIPO SOFÁ, POLTRONAS e APARADOR, para montagem de dois ambientes localizados nos halls do 1º e 2º andares do Fórum Eleitoral da Capital, reformado recentemente.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Quantidade
01	Sofá dois lugares em tecido e madeira, aproximadamente 1,5 metros de largura.	02
02	Poltrona individual em tecido e pés de madeira, largura do assento 65cm, altura de 80cm até 98cm.	04
03	Tapete em tecido, pelagem baixa, com medidas acima de 2x3m.	02
04	Aparador com detalhe em madeira ou vidro medindo aproximadamente 1,20 x 80 x 40, slim.	02

3 - JUSTIFICATIVA

1. A aquisição dos MATERIAIS DE PERMANENTES, tais como SOFÁS, POLTRONAS e APARADOR, serão destinados para montagem de dois ambientes no hall do 1º e 2º andares do Fórum Eleitoral da Capital, reformado recentemente, estes locais demandam uma recepção com poltronas, sofás, plantas para ornamentar e aparador para servir café e chá, uma vez que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se trata de uma área comum aos servidores e público externo, tais como os Juízes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Advogados, Representantes de Partidos, Eleitores e demais usuários que buscam, pessoalmente, os serviços cartórios prestados pelas Zonas Eleitorais da Capital.

2. Em que pese a necessidade de aquisição de diversos bens permanentes para composição da nova central e dos Gabinetes da 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais, inicialmente, aponta-se somente os móveis acima para a aquisição de forma direta, por dispensa de licitação, em razão da não inclusão de sua aquisição no Planejamento Anual de Contratações de 2020, pois, ainda, estão ocorrendo os serviços de reforma e engenharia no Fórum Eleitoral de Porto Velho, conforme ordens de serviços registradas no processo 0002156-35.2019.6.22.8000.

3. Acrescentado a isso, a aquisição direta possibilita à unidade demandante proceder à escolha e conferência, in loco, da qualidade e tipo de tecido e estrutura dos móveis que serão instalados nos halls dos cartórios informados, uma vez que se tratam de poucas peças. Outro motivo que acarreta esta contratação direta é o fato de que o espaço a ser decorado deverá estar em condições de uso antes do registro de candidaturas para as Eleições 2020.

4. Os materiais informados não foram objeto de licitação ou aquisição direta neste exercício.

5. Ressalte-se que esta servidora compareceu pessoalmente às lojas especializadas no ramo de fornecimento de móveis para decoração, sediadas em Porto Velho. Durante as visitas para realizar a cotação, foram adotados todos os cuidados de distanciamento, de modo a evitar o contágio da COVID-19.

6. O processo final de escolha do material nas lojas, e a cotação de preços contou com a participação da Chefe de Cartório da 20ª Zonas Eleitoral, que também foi às lojas para seleção das poltronas de melhor qualidade e de design mais elegante e apropriado para o ambiente para o qual se destina. Aliás, a servidora Socorro Maria Coelho Soares está responsável pela administração do Fórum Eleitoral de Porto Velho.

7. A definição do modelo de sofá e poltronas das lojas cotadas obteve também a aprovação do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, bem como da Diretora-Geral deste Tribunal.

8. Além dos móveis a serem adquiridos neste processo, haverá a necessidade de aquisição de outros materiais requeridos pelos servidores das Zonas Eleitorais da Capital, pois são demandas antigas por um ambiente mais confortável e harmonioso para os Gabinetes das 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais, e para a Central de Atendimento ao Eleitor.

9. As demandas dos servidores das Zonas Eleitorais da Capital por instalações prediais em condições de uso, pela aquisição de móveis novos e ergonômicos para a Central e Gabinetes, visando a harmonização do ambiente de trabalho, a fim de torná-lo mais agradável, advém dos processos de

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inspeção e Correição da Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia, conforme abaixo:

- 0000728-03.2017.6.22.8060 - Consolidado
- 0000606-53.2018.6.22.8060 - Consolidado
- 0000866-96.2019.6.22.8060 - 2ª ZE
- 0000510-04.2019.6.22.8060 - 20ª ZE
- 0000650-38.2019.6.22.8060 - 2ª ZE
- 0000852-38.2019.6.22.8020 - 20ª ZE

10. No entanto, os móveis para substituição das longarinas, armários, mesas, cadeiras foram incluídos no Plano de Contratações 2019 e 2020, licitamos com registro de preços, contratamos parcialmente, pois sua aquisição integral está condicionada à existência de orçamento na conta orçamentária para Investimentos, conforme consta no Processo 0002931-50.2019.6.22.8000 (0564838).

11. Os processos de contratações deste exercício constam abaixo:

PROCESSO	OBJETO
0001443-60.2019.6.22.8000	Aquisição de bens permanentes mesas, cadeiras, armários e outros
0000581-55.2020.6.22.8000	Aquisição de condicionadores de ar de 42 a 58 mil BTUs
0000594-54.2020.6.22.8000	Aquisição de bens permanentes diversos
0001773-23.2020.6.22.8000	Aquisição de estrutura porta paletes
0001471-91.2020.6.22.8000	Aquisição de condicionadores de ar de 30 mil BTUs
0001706-58.2020.6.22.8000	Aquisição de persianas
0000717-52.2020.6.22.8000	Reforma de móveis do Plenário e Auditório
0000810-15.2020.6.22.8000	Aquisição de bens patrimoniais para o plenário / auditório
0002167-30.2020.6.22.8000.	Aquisição de bens patrimoniais para o plenário / auditório e CAE PVH.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1 A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- **VALORES:** Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- **PROCESSOS INTERNOS:** Celeridade e produtividade na prestação e Jurisdicional.
- **PESSOAS E RECURSOS:** Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.

5.2 De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável.

6 - DO VALOR

6.1 Considerando os itens enquadraram-se nos requisitos para sua contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, o valor total da aquisição pretendida é de **R\$ 16.554,00** (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais), obtido por

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio da Cotação nº 04/2020 - COMAP ([0563381](#)) no mercado local, conforme quadro adiante:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	PREÇO 1 (R\$) L. Braga Neves	PREÇO 2 (R\$) Tchê Comércio	PREÇO 3 (R\$) Aguiar Comércio *	PREÇO 4 (R\$) Albino & Albino	PREÇO 5 (R\$) E. M. M. d. Barri
01	Sofá três lugares em tecido e madeira, aproximadamente de 2 metros a tres metros.	2	—	—	—	—	—
02	Sofá dois lugares em tecido e madeira, aproximadamente de 1,5 metros a 2m.	2	R\$ 2.700,00	R\$ 2.465,00	—	—	R\$ 2.800,00
03	Poltrona individual em tecido e pés de madeira, largura do assento 65cm, altura de 80cm até 98cm.	4	R\$ 1.500,00	R\$ 1.780,00	R\$ 1.133,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.500,00
		2	—	—	R\$ 1.152,00	—	—
		2	—	—	R\$ 1.060,00	—	—
04	Mesa de centro - madeira e detalhes em vidro, podendo medir aproximadamente 60 x 40x 40.	2	—	—	R\$ 1.007,00	—	—
05	Tapete em tecido, pelagem baixa, com medidas acima de 2x3m.	2	R\$ 1.800,00	R\$ 1.927,00	R\$ 777,00	—	—



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06	Aparador com detalhe em amdeira e vidro. medindo 1,20 x 80 x 40, slim.	2	R\$ 1.800,00	R\$ 1.899,00	R\$ 1.417,00	R\$ 10.108,00	R\$ 1.700,00
Total por Estabelecimento			R\$ 18.600,00	R\$ 19.702,00	R\$ 15.358,00	R\$ 30.216,00	15.000,00

6.2 Dos valores de Referência

1. Inicialmente, a unidade demandante optou por levantar os preços de diversos itens, a fim de proceder a única cotação de preços e, assim, economizar mais tempo para conclusão destes autos, e reduzir deslocamentos e risco de contágio da COVID-19, por esse motivo na Cotação 04/2020 COMAP foram incluídos diversos itens, além dos que serão contratados. Considerando que havia lugares apenas com poltronas individuais, excluimos as cotações de sofás de dois ou três lugares. Sendo que estes últimos, não foi necessário cotar nenhum, pois os modelos que encontramos eram muito grandes e volumosos, inapropriados, portanto, para o local destinado, contudo, ainda assim, constaram na cotação, por precaução, em caso de encontrarmos algum modelo que melhor se adequasse para os halls. No mesmo sentido, as cotações para mesas de centro e aparador, a aquisição de um móvel, excluiria o outro.

2. Diante do quadro acima, foi selecionada como a melhor proposta a Cotação realizada pela empresa **E. M. M. M. DE BARROS**, uma vez que além de ter o material mais sofisticado, de qualidade superior visível, sobretudo ter seu modelo/design aprovado pelo SAOFC e pela DG, a referida empresa está com regularidade fiscal atualizada, por outro lado, a empresa **L. BRAGA NEVES**, que tem o valor mais baixo para o sofá de dois lugares, encontra-se com pendências na Receita Federal. O mesmo critério de análise da qualidade e layout do material foi utilizado para a seleção do móvel aparador, pois, em que pese o referido item ser cotado com valor inferior na empresa **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA**, a qualidade do material também é inferior ao do material cotado pela **E. M. M. M. DE BARROS**, por isso nos manifestamos pela contratação desta empresa, e não daquela.

3. Quanto ao tapete, conquanto seja um objeto comum, encontrá-lo sob medida para o local, em cores e texturas apropriadas para o local público, agregaram mais complexidade à tarefa. Os modelos mais simples e adequados estavam com medidas em desconformidade para o local, e com cores fortes e chamativas, ao contrário do que se pretende, pois, a intenção é utilizar no ambiente tapetes de pelagens mais baixa, com cores neutras/sóbrias e com medidas de 2x2,5m, aproximadamente. Assim, optamos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por selecionar a proposta da **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA**, pois no local encontramos o tapete que se aproxima das características desejadas, e o valor cotado está no limite para a sua aquisição direta.

4. Impende esclarecer o motivo de a cotação da **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA** possuir três valores para as poltronas individuais. Isto sucedeu em razão de o local não ter os sofás pretendidos, e sua aquisição exigiria a montagem dos halls do 1º e 2º andares com quatro poltronas individuais, em cada hall, em vez de um sofá de dois lugares e duas poltronas. Ademais, seriam três modelos de poltronas, imprimindo um design não tão conveniente e harmonioso para os locais, cujas qualidades dos tecidos e estruturas não pareceram resistentes para seus usos nas áreas comuns. Por estes motivos não nos manifestamos pela sua aquisição, embora seu valor seja inferior. Logo, a seleção da proposta mais vantajosa priorizou o móvel mais bonito, elegante, sofisticado, confortável e de tecido e estrutura mais resistentes

6.3 Diante do exposto, sagraram-se vencedoras as seguintes cotantes, para a qual solicita-se adjudicação do objeto:

1) Empresa: E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	Sofá dois lugares em tecido e madeira, aproximadamente 1,5 metros de largura.	02	2.800,00	5.600,00
03	Poltrona individual em tecido e pés de madeira, largura do assento 65cm, altura de 80cm até 98cm.	04	1.500,00	6.000,00
06	Aparador com detalhe em madeira ou vidro medindo aproximadamente 1,20 x 80 x 40, slim.	02	1.700,00	3.400,00
				Total R\$
15.000,00				

2) Empresa: AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA

CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Tapete em tecido, pelagem baixa, com medidas acima de 2x3m.	02	777,00	1.554,00
				Total R\$
1.554,00				

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A fonte para aquisição de material permanente especificado no presente Projeto Básico está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade, para o corrente exercício, conforme quadro abaixo e Despacho SAOFC ([0564958](#)):

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR:	Material Permanente - Móveis para o Fórum Eleitoral da Capital.
DESPESA AGREGADA:	Orçamento Ordinário 2020
PLANO INTERNO:	Aquisição de Material Permanente - Investimento INV PERMAN
VALOR:	R\$ 16.554,00

8 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

De acordo com o item 2 da Cotação de Preços nº 004/2020-SEALM/COMAP, foi exigido das cotantes apresentarem certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, junto à Fazenda Nacional, Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho. Apesar de não estar incluído na Cotação de Preços a apresentação da certidão negativa do CNJ (improbidade administrativa), esta Seção fez a juntada da referida certidão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

L. Braga Neves	Tchê Comércio	Aguiar Comércio	Albino & Albino	E. M. M. M. de Barros
Evento 0565039	Evento 565041	Evento 0565042	Evento 0565044	Evento 0565214
Irregular	Irregular	Regular	Regular	Regular

9 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

10.3 As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes na Cotação de Preços nº 004/2020-/COMAP, que é parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

10.4 Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

11 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização será de competência do Chefe da Seção de Patrimônio e da COMAP, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

12 - DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

Proposta L. Braga Neves	Proposta Tchê Comércio	Proposta Aguiar Comércio	Proposta A Albino
Certidões Evento 0565039	Certidões Evento 565041	Certidões Evento 0565042	Certidões E
Cotação de Preços Evento 0565034	Cotação de Preços Evento 0565035	Cotação de Preços Evento 0565036	Cotação de Preços Event



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 03/08/2020, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002116-19.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Patrimônio - SEPAT e Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de móveis diversos (sofás, poltronas e aparador) para atender as Zonas Eleitorais da Capital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 154 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, objetivando a aquisição de bens permanentes para adequação e harmonização do hall de entrada das 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais desta Capital, conforme Termo de Abertura ([0561962](#)).

02. Na Solicitação de Contratação 7 ([0562196](#)), consta como solicitante a Secretaria de Administração, Orçamento e Finança – SAOFC e a 20ª Zona Eleitoral da Capital e, como unidade demandante, a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP e a Seção de Patrimônio. O referido documento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC, o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1187/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0562211](#)). Com isso, a COMAP elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0563378](#)).

03. Consta dos autos a Cotação de Preços nº 2/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP, realizada entre empresa do ramo no mercado local, são elas:

- L. Braga Neves ([0565034](#))
- Tchê Comércio de Móveis Eireli ([0565035](#))
- Aguiar Comércio de Representações de Móveis ([0565036](#))
- Albino & Albino Ltda ([0565037](#))
- E. M. M. M. de Barros ([0565213](#))

04. A COMAP como uma das unidades demandante juntou o Projeto Básico nº 9/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0565215](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da aquisição, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, o valor da aquisição, a aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, requisitos de validade da proposta, da contratação, gestão e fiscalização do contrato. Nessa condição fica dispensada a avaliação do Termo de Referência, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Registra-se que a proposta apresentada pelas empresas **E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80** e **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)**, na Cotação de Preços nº 002/2020 – SLC ([0563381](#)), sagraram-se vencedoras, a primeira com o valor para os itens no total de R\$ 15.000,00 (quinze mil) e a segunda com o valor de R\$ 1.554,00 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

06. A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 16.554,00 (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais) para suportar a despesa no presente exercício, e informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0565621](#)). **É o necessário relato.**

II- ANÁLISE JURÍDICA

08. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

09. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

10. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Todavia, a Medida Provisória nº 961, de 06 de maio de 2020, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, vejamos:

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

I - a dispensa de licitação de que tratam os [incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), até o limite de:

a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e

b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; *grifamos*

12. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 16.554,00** (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais), obtido por meio da Cotação nº 04/2020 - COMAP ([0563381](#)) no mercado local, conforme demonstrado no Projeto Básico 9 ([0565215](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c art. 1º, I, “b”, da MP nº 961/20**.

13. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

14. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

15. Pois bem, verifica-se que os melhores preços obtidos na cotação válida realizada foram oferecidos pelas empresas **E. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80** e **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)**, eventos [0565213](#) e [0565036](#), respectivamente, justificando,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portanto, a escolha desses fornecedores. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

16. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (Sem grifo no original)

17. No caso ventilado, ambas as empresas cotadas apresentam sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0565214](#) e [0565042](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

18. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com as empresas - **E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80 e AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)**, as quais ofertaram os menores preços para os produtos em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Para comprovação de que a pretensa contratação não incide em fracionamento de despesa no exercício, cabe destacar que a unidade demandante (COMAP), no item **Justificativa** do Projeto Básico 9 ([0565215](#)) atesta no subitem 4 que os materiais informados não foram objeto de licitação ou aquisição direta neste exercício, e da mesma forma na **CERTIDÃO Nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP** ([0566631](#)) ratifica que os objetos do PB 9/2020 não foram incluídos em processos licitatórios ou processo de contratação direta, neste exercício, até a presente data.

20. De outro lado, o Projeto Básico 9, complementado pela Cotação de Preços n. 02/2020 ([0563381](#)), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

21. O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do item 10.1 do PB 9 ([0565215](#)).

22. Esta AJDG, com precedente na Decisão TCU nº 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da aquisição, situar-se nos patamares da dispensa legal, conforme especificado no item 11 deste opinativo. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

III – DA CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta das empresas **E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80** e **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)**, por dispensa de licitação, nos termos do **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c art. 1º, I, “b”, da MP nº 961/20**; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela apresentação do PB 9 ([0565215](#)) juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

24. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 05/08/2020, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002116-19.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Patrimônio - SEPAT e Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de móveis diversos (sofás, poltronas e aparador) para atender as Zonas Eleitorais da Capital.

DESPACHO Nº 1203 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, objetivando a aquisição de bens permanentes para adequação e harmonização do hall de entrada das 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais desta Capital, conforme Termo de Abertura ([0561962](#)).

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0563378](#)).

Carreou-se aos autos cotações de preços praticados no mercado local, com as propostas apresentadas pelas empresas L. Braga Neves ([0565034](#)), Tchê Comércio de Móveis Eireli ([0565035](#)), Aguiar Comércio de Representações de Móveis ([0565036](#)), Albino & Albino Ltda ([0565037](#)) e E. M. M. de Barros ([0565213](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Juntou-se aos autos o Projeto Básico nº 9/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0565215](#)), dimensionando o valor total da contratação em **R\$ 16.554,00** (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

Cabe registrar que a Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP deixou de analisar o referido documento, em virtude de ter sido a responsável pela sua elaboração, contudo subentende-se que este documento técnico está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da lei nº 10.520/2002 e art. 3º, XI do Decreto nº 10.024/2019/05.

SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0566385](#)) no valor de R\$ 16.554,00 (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000163, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Para comprovação de que a pretensa contratação não incide em fracionamento de despesa no exercício, cabe destacar que a unidade demandante (COMAP), no item **Justificativa** do Projeto Básico 9 ([0565215](#)) atesta no subitem 4 que os materiais informados não foram objeto de licitação ou aquisição direta neste exercício, e da mesma forma na CERTIDÃO Nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0566631](#)) ratifica que os objetos do PB 9/2020 não foram incluídos em processos licitatórios ou processo de contratação direta, neste exercício, até a presente data.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG Nº 154/2020 ([0566753](#)) opinou pela possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993 das empresas **E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80 e AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial)**, pela aprovação do Projeto Básico 9/2020 ([0565215](#)), bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa ante o reconhecimento da situação de dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n. 8.666/93 com emissão de nota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de empenho em favor das empresas **E. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80 (R\$ 15.000,00)** e **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial) (R\$ 1.554,00)**, pela aprovação do Projeto Básico 9/2020 (0565215), e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0567537](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido, com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 c/c art. 1º, I, “b”, da MP nº 961/20, que fixa para a Administração Pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Pelos elementos que se encontram nos autos verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços executada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis à todas as contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que a pretensa aquisição de materiais permanentes se dá em razão da necessidade de montagem de dois ambientes no hall do 1º e 2º andares do Fórum Eleitoral da Capital, recentemente reformado, os referidos locais demandam de uma recepção adequada para a devida recepção de servidores e público externo, tais como os Juízes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Advogados, Representantes de Partidos, Eleitores e demais usuários que buscam, pessoalmente, os serviços cartórios prestados pelas Zonas Eleitorais da Capital, conforme item 3 do Projeto Básico n. 9/2020 ([0565215](#)).

Ressalta-se, também, que com a justificativa apresentada pela unidade demandante no subitem 4 do item 3 referido PB ([0565215](#)) e pelo teor da Certidão n. 13/2020 ([0566631](#)), fica demonstrado nos materiais informados não foram objeto de licitação ou aquisição direta neste exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80** ([0565213](#)) e **AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30** (**filial**) ([0565036](#)) ofertaram os menores preços dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, a primeira com o valor para os itens no total de R\$ 15.000,00 (quinze mil) e a segunda com o valor de R\$ 1.554,00 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

Ressalta-se, que ambas as empresas cotadas apresentam sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0565214](#) e [0565042](#), de forma que todos os requisitos de regularidade para a aquisição estão sendo observados pela Administração.

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação é inferior ao patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020).

Por fim, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, , nos termos do item 10.1 do PB 9 ([0565215](#)).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 24, II da Lei n. 8.666/93, e

1 - aprova o ETP n. 4/2020- COMAP e o Projeto Básico 9/2020-COMAP ([0563378](#) e [0565215](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93.](#);

2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c art. 1º, I, “b”, da MP nº 961/20;**

3 - Adjudica o objeto às empresas E. M. M. M. DE BARROS - CNPJ: 33.103.880/0001-80 e AGUIAR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 01.429.054/0001-30 (filial) e autoriza a emissão de Notas de Empenho em favor das mesmas nos valores de **R\$ 15.000,00** (quinze mil e reais) e **R\$ 1.554,00** (mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quinhentos e cinquenta e quatro reais) respectivamente, condicionado à regularidade fiscal das empresas; e

4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 07/08/2020, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.